

# TRÊS RELAÇÕES FUNDAMENTAIS NO ENSINO SUPERIOR

**Robinson dos Santos**

Doutorando em Filosofia na Universidade de Kassel, Alemanha

“Talvez a educação se torne sempre melhor cada uma das gerações futuras dê um passo a mais em direção ao aperfeiçoamento da humanidade, uma vez que o grande segredo da perfeição humana se esconde no próprio problema da educação.”

*Immanuel Kant*

## 1. À GUIA DE INTRODUÇÃO: ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A IDÉIA DE ENSINO SUPERIOR

Quando lemos, ouvimos e falamos a expressão *ensino superior* é muito comum imaginarmos uma forma excelente de ensino ou uma forma de ensino quantitativa e qualitativamente acima da média ou, ainda, uma forma de ensino que seja modelo para as demais formas de ensino, quando não se imagina uma forma de ensino que contenha todas as outras e, simultaneamente, as supere. Algo que denota superioridade. Seja como for, a expressão e o conteúdo simbólico que ela carrega cristalizaram-se no seio da sociedade de tal maneira que há uma espécie de senso comum em torno do termo, que garante uma mesma expectativa para quem ingressa ou participa, de forma direta ou indireta, desta etapa da formação acadêmica ou escolar.

Neste sentido, pais, estudantes, professores (com certa freqüência!) e outras pessoas que estão interessadas ou envolvidas neste processo esperam e confiam que esta etapa seja aquela decisiva, quando não conclusiva para o encaminhamento da vida profissional. Os pais esperam que com a faculdade cursada os filhos conquistem um espaço no mercado de trabalho e sua autonomia financeira. Esperam uma colocação quase imediata ou automática no mercado de trabalho após a conclusão do curso. Os estudantes sonham com a carreira de sucesso, muito dinheiro e esperam não ter muitos obstáculos para chegar até o “canudo”. Esperam que com a graduação no Ensino Superior consigam se libertar de vez do “fardo” penoso dos estudos. Os professores esperam encontrar um público de estudantes sedentos e interessados na busca do conhecimento e, principalmente, para ouvir sua aula. Não raro assumem uma postura de quem possui o saber e que graças à sua presença (o professor) é que o estudante conseguirá aprender alguma coisa. Além disso, não é raro o pouco incentivo aos estudantes (por parte do professor) na continuação dos estudos depois da graduação.

Ora, tais expectativas decorrem diretamente de uma idéia generalizada de que o ensino superior é *Superior*. Isso traz para o cotidiano da universidade uma série de tensões que podem, tanto contribuir para o processo, quanto servir de obstáculo para o mesmo. É neste sentido que utilizamos, no título de nossa reflexão, a expressão “relações fundamentais”. Nossa pretensão neste ensaio é, justamente, refletir sobre alguns problemas que decorrem a partir de três relações fundamentais que se estabelecem no processo

pedagógico universitário, no intuito de compartilhar não mais uma expectativa, mas o modo como nos situamos diante desta realidade. Para tanto, tomamos livremente as seguintes relações, que em nosso entender são relações de base ou fundamentais: a) a relação entre os sujeitos do processo educativo; b) a relação com o conhecimento e c) a relação com a sociedade. É necessário esclarecer que estas três perspectivas não são estanques ou separadas uma da outra. Pelo contrário, elas se interpenetram e se implicam mutuamente. Além disso, nosso texto tem uma pretensão muito modesta. Ele deve ser considerado como um ponto de partida para que o diálogo, entre os interessados, continue. Se a formação, em geral, é um processo dinâmico e inconcluso, nossa contribuição aqui não pretende se colocar na perspectiva de conclusa, completa ou pronta. Nosso objetivo é refletir sobre questões práticas que se apresentam no cotidiano do ensino superior buscando o diálogo crítico e a continuidade dos estudos e reflexões sobre o tema.

## 2. A RELAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS DO PROCESSO

O processo educativo é, antes de qualquer outra coisa, uma relação entre seres humanos. Relação que está permeada pelo conjunto de valores, práticas sociais, costumes e tradições que fazem parte da formação cultural pré-escolar de cada sujeito envolvido neste processo. Manifestam-se, também, nesta relação, ora com mais intensidade, ora com menos, as diferentes tendências político-ideológicas que estão direta ou indiretamente relacionadas à política partidária. Em outras palavras, docentes e discentes não deixam de ser quem são ao entrarem na sala de aula e, justamente, em função disso é que aparecerão as diferenças que, se bem aproveitadas, podem resultar em mais produtividade no processo educativo ou, então, em obstáculo.

Existem muitas semelhanças entre o processo educativo no ensino superior e os outros níveis do ensino. Basicamente a mesma estrutura (salas de aula, auditório, biblioteca e outros recursos materiais), os mesmos procedimentos (planejamento de atividades, reuniões, avaliações periódicas, aulas regulares, horários etc.) e os mesmos personagens centrais, sem os quais o processo não acontece: docentes e discentes. Entretanto, neste último aspecto, temos uma diferença significativa no ensino superior: os discentes não são mais crianças ou adolescentes, mas adultos. Isso não significa que, por este fato, o processo seja melhor ou pior que nos outros níveis. Esta particularidade é significativa por que na universidade o docente se depara com situações e questões que no ensino fundamental e médio não são tão comuns. Estas, devido à sua maior ou menor problematidade ou complexidade, impõem uma reflexão abrangente e que leve em conta, simultaneamente, os aspectos singulares e genéricos daquela realidade. Isto é, em nosso cotidiano acadêmico temos, quase sempre, problemas que são comuns e que, apenas, se apresentam segundo as características típicas do local. Por isso afirmamos a necessidade de uma reflexão que leve em conta, ao mesmo tempo, o particular (local) e o global (universal). Esta reflexão pode ser realizada de modo mais eficaz e sistemático com a ajuda da Filosofia.

Deste modo, questões problemáticas, que surgem nesta primeira relação, dizem respeito à assimetria, autoridade, liberdade, autonomia e responsabilidade, envolvendo as dimensões profissional e pessoal. Como já afirmamos anteriormente, docentes e discentes são seres humanos e, por isso, são fundamentalmente iguais, mas diferentes entre si por diversas razões. Como estabelecer uma relação simétrica entre assimétricos? Ao professor é atribuída uma grande responsabilidade no processo ensino-aprendizagem. Muitas vezes, ele se depara com situações que exigem, segundo alguns, uma postura em

que deve impor mais sua autoridade. Como fazer uso da autoridade sem tornar-se autoritário? Em outros momentos, o ambiente seria propício para uma maior aproximação entre o docente e os discentes. Deve o docente ser um amigo dos discentes? Como devem, discentes e docentes, exercer sua liberdade na sala de aula? O que significa, neste contexto, educar para a autonomia? Podemos perceber que não são poucas as perguntas e as dificuldades que podem se apresentar durante o processo ensino-aprendizagem.

Tomemos a questão da assimetria. É notório que docentes e discentes, na universidade, são assimétricos, isto é, aos dois são atribuídas responsabilidades que envolvem critérios e objetivos diferentes para a ação. Cada um cumpre um papel no processo e não há como negar que isso os diferencia ou torna-os “desiguais” no processo. Muitos teóricos tentam usar (às vezes até abusar) a igualdade como psicologismo para convencer, que professor e aluno são iguais. Nunca foram e nunca serão iguais, porque pessoal e profissionalmente, social e culturalmente são desiguais e, portanto, assimétricos. Isso, absolutamente, não significa que um seja menos ou mais importante do que o outro. Também não significa negar que um pode aprender com o outro pois, possuem saberes diferentes, e portanto, podem ensinar e aprender um com o outro. Sem ambos o processo não acontece. O fato é que em decorrência desta assimetria surgem outros problemas que já foram mencionados como, por exemplo, o da autoridade na sala de aula.

Definir a autoridade ou como ela deve ser exercida na sala de aula, em especial, no ensino superior é uma tarefa difícil pois implica em dominar com maestria o tema atentando para conhecimentos em psicologia, sociologia, filosofia e outras ciências humanas. Cada uma destas áreas do conhecimento define a autoridade sob uma perspectiva diferente e estabelece a positividade ou negatividade deste conceito. Em suma, não é possível dar um conceito unívoco de autoridade. Mas nem por isso, o professor deve abrir mão deste “recurso” quando for necessário. Na palavra *professor* já está implícito o conceito de uma autoridade. Mas como e quando esta deve ser exercida? Sabemos que, infelizmente, em alguns momentos é preciso que o professor, como responsável que é por um grupo, enquanto desenvolve suas atividades com o mesmo, mantenha o mínimo de condições para a participação e o bom desenvolvimento de seu trabalho. Isto é, na sala de aula existem regras mínimas que devem ser observadas por todos os discentes e docentes, como o respeito mútuo e a colaboração de cada um, isto é, um mínimo de disciplina, para que o processo educativo aconteça. Ora, é neste sentido que o professor deve exercer sua autoridade: em situações extremas de indisciplina que, lamentavelmente, não são raras. Cabe frisar que entendemos aqui a autoridade enquanto uma capacidade de liderança sobre o grupo, aliada à criatividade e ao entusiasmo pelo conhecimento. Fazer com que o estudante re-conheça e aceite, não por pura e simples imposição do docente, mas autonomamente, que sem determinadas regras o processo educativo não acontece, já é o processo educativo acontecendo. Esta questão merece ser discutida e aprofundada durante o próprio processo ensino-aprendizagem.

O terceiro aspecto problemático ou conflitivo que surge na relação entre os sujeitos do processo educativo, particularmente no ensino superior privado, é quando o discente coloca-se numa postura de quem é “cliente” e, a propósito de “estar pagando”, se arroga a postura de quem “manda” na sala de aula e no próprio professor. Este fato acontece, lamentavelmente, com certa freqüência, entre outros motivos, devido à expansão desenfreada do “mercado” de ensino, por conta do qual a configuração da relação educativa metamorfoseou-se em relação vendedor-cliente, gerente-cliente ou marketeiro-cliente. O grande desafio ao docente é estabelecer um outro padrão de relação com o discente que não seja este. E esta é

uma questão muito delicada nos dias de hoje, já que ele (o docente) deve não só ser competente e crítico no que está fazendo como, ao mesmo tempo, manter-se tanto quanto possível no seu emprego, pois, afinal, depende dele para sustentar a si e sua família. Não deixa de ser paradoxal esta realidade: de um lado, o docente é cobrado pelos superiores a embutir na sua aula a propaganda da instituição, tratar bem o cliente, ser competente e bem preparado e, de outro, não pode ser muito exigente ou rigoroso no cultivo da ciência com o discente, bem como fazer o possível para que cada vez mais a aula se torne um “espetáculo”. A propósito deste último aspecto é interessante a reflexão de Perissé<sup>1</sup> sobre o professor-palhaço. Cada vez mais, parece que temos que substituir a metodologia pelo espontaneísmo (o que é diferente de espontaneidade!), a criticidade pela superficialidade, enfim, a sistematicidade pelo improviso.

Nesta primeira parte de nossa reflexão abordamos apenas três pontos problemáticos. Seguramente existem outros e que, conforme o contexto, podem ser mais graves ou chamar mais a atenção. Entretanto, consideramos que o estabelecimento desta relação entre os sujeitos do processo só pode ser desenvolvida de modo satisfatório a partir da problematização e reflexão crítica permanente sobre as questões inerentes ao processo, tendo como ponto de referência fundamental a dimensão ética. Esta perpassa todo o processo educativo: desde a relação entre os sujeitos, até a relação com o conhecimento e com a sociedade. O modo pelo qual estas duas últimas acontecem pode ser decisivo para mudar ou, no mínimo, influenciar a relação entre os sujeitos. É nesta perspectiva que trabalharemos as relações subseqüentes.

### 3. A RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO

Se a relação entre docentes e discentes é fundamental e decisiva no processo educativo do ensino superior, portanto, condição necessária do mesmo, ela não é isolada ou, por si só, sua condição suficiente. Juntamente com ela, a relação com o conhecimento, também, é basilar no processo. É justamente aqui que nos deparamos com algumas contradições quando observamos os procedimentos de uma porção significativa de instituições de ensino superior na atualidade.

Uma das contradições consiste, justamente, no fato de que existem instituições que pautam sua relação com o conhecimento única e exclusivamente pelo ensino. Isto é, tais instituições trabalham na perspectiva de uma “fixidez” do conhecimento: são repassadoras e reproduzoras do que já foi desenvolvido e produzido por pesquisadores de outras instituições. Nesta perspectiva, o docente simplesmente adota ou monta uma apostila que seguirá do início ao fim sem se preocupar se os conteúdos que serão literalmente “passados” são adequados ao momento e ao contexto e se os mesmos são atuais. Aqui, o discente não é provocado a refletir criticamente e, tampouco, a ser co-produtor dos conhecimentos desenvolvidos no processo. O docente torna-se mais um distribuidor do que um produtor de conhecimentos. Além de não produzir e não incentivar a pesquisa, tal modelo de instituição pouco faz pela comunidade, isto é, a extensão, enquanto fator de inserção direta da instituição na sociedade como instância crítica e propositora da mudança social e cultural, acaba sendo inviabilizada.

O problema mencionado anteriormente tem também o seu oposto, embora com muito menos freqüência, isto é, instituições nas quais a pesquisa é super-especializada e muito desenvolvida enquanto o ensino e a extensão são pouco valorizados.

---

<sup>1</sup> Cf. PERISSÉ, Gabriel. “Professor-clown”. Revista Espaço Acadêmico. N. 38. Jul./2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em Julho de 2004.

Uma outra tendência, que não é de agora, mas ganha cada vez mais força na atualidade é de que o ensino superior deve preparar para o mercado de trabalho. E lá se vão os estudantes na busca de preparo profissional e profissionalizante a qualquer preço, uma vez que as condições impostas para a inserção no mercado de trabalho estão progressivamente aumentando. Geralmente, eles buscam áreas de “fácil” colocação, boa remuneração e que não necessitem de muito sacrifício no período de estudos. Com isso criam-se cursos mais “flexíveis”, com mais “prática” e menos “teoria”, com tempo menor de duração e outras facilidades que tornam mais atraente tal escolha. Nas grades curriculares são eliminadas quase todas as disciplinas que fazem “pensar”, pois o mercado quer “gente que faz”. As instituições literalmente disputam os “clientes” e estes vão escolher aquelas que são mais atraentes e que, geralmente, não exigem muito em termos de estudo. É a institucionalização do “mercado de ensino” que reduz a valor-de-troca aquilo que não pode ser mercadoria (o conhecimento). Temos com isso, escancaradamente, o comércio de diplomas e a proliferação de instituições “caça-níqueis”.

Além destas contradições que descrevemos rapidamente acima, temos outro aspecto problemático mais “interno” na relação com o conhecimento. É o caso da hiper-especialização técnica. Em nossa sociedade as relações sociais e culturais são, cada vez mais, mediadas pelo mesmo critério da economia: o cálculo. Deste modo só se investe no que proporciona lucros e resultado imediato e concreto. Assim, as instituições podem até investir em pesquisa, mas não com interesse no desenvolvimento do conhecimento e na transformação qualitativa da sociedade e sim no comércio de patentes e aumento de “royalties”, ou seja, no aumento das receitas obtidas através da relação com a iniciativa privada. Se a relação com o conhecimento se reduz a um punhado de interesses e não visa o desenvolvimento da cultura como algo em si importante, podemos literalmente acreditar no declínio progressivo do conhecimento. Esse tecnicismo é a verdadeira subversão do papel de uma instituição de ensino superior, em especial, das universidades.

Os fatores que apontamos acima proporcionam uma relação com o conhecimento, sempre mais, fragmentária e isolada na sua perspectiva. Temos, como resultado, pessoas incapazes de estabelecer relações entre fatos, de analisar situações e debater sobre temas que fazem parte do cotidiano numa perspectiva global e crítica. Tecnicamente são “experts”, mas sócio, política e culturalmente alienadas. Dá para perceber onde está o problema? Fica um “espaço vazio” na formação do indivíduo que dificilmente será preenchido depois.

Além dos aspectos problemáticos, acima mencionados na relação com o conhecimento, temos outro que se manifesta com certa freqüência. Referimo-nos à pergunta freqüentemente colocada pelos discentes no início de (ou durante) uma disciplina: “para quê isso me serve na prática?”. Ora, tal pergunta já é sinal de que há um equívoco na postura de conceber o conhecimento. É a velha discussão sobre teoria e prática. Atrás desta pergunta está a idéia de que determinados conhecimentos são menos importantes, pois não têm uma aplicabilidade imediata ou não resultam em objetos, mecanismos ou algo concreto. Ora, não é possível defender a concepção de que “a prática é mais importante” sem incorrer já em uma formulação teórica. Este é um tópico a ser debatido em sala de aula independente de qual for a área do conhecimento.

Outro aspecto fundamental nesta relação com o conhecimento, que faz da universidade uma das instâncias principais deste processo, é a postura do docente. Se ele não for alguém que transpira e inspira paixão pelo saber, pois ele é um dos mediadores, o processo fica comprometido. O docente precisa ser um hermeneuta, um intérprete da cultura de seu tempo e, igualmente, comprometido em atuar de modo crítico e auto-crítico.

Se a relação entre os sujeitos e a relação com o conhecimento são elos fundamentais no processo educativo do ensino superior, não o é menos a relação com a sociedade. Passemos, então ao terceiro item de nossa reflexão.

#### 4. A RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

A universidade, em sua atividade enquanto instituição social, está permeada por um duplo processo: ela é constantemente afetada pelas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade local e mundial, assim como, ela própria é causa de transformações qualitativas e quantitativas tanto para a melhora social quanto para o agravamento de determinados problemas. Diante desta realidade, o que podemos esperar de docentes e discentes no ensino superior em relação à sociedade?

No primeiro aspecto mencionado, podemos perceber o quanto a universidade vem adequando-se à ordem imposta pelo sistema. A universidade, sobretudo nas duas últimas décadas, reduziu-se a um lugar de preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Uma das grandes ilusões é pensar que ela o faz: quando o estudante se forma o mercado já está modificado e com novas exigências. É por isso que, além da formação acadêmica, é preciso que o estudante aprenda a buscar e trabalhar as informações e produzir conhecimento de modo autônomo.

No atual quadro acadêmico, o que define a qualidade do ensino não é mais o cultivo do saber e da cultura mas a capacidade de aparelhar o indivíduo para a imediata colocação no mercado de trabalho. Com isso, o critério para a criação de cursos novos são as “novas demandas” do mercado que não necessariamente se identificam com as necessidades humanas, sócio-culturais, ecológicas e políticas. Assim, aumentam tanto a procura quanto a oferta de cursos rápidos e instrumentalizantes, isto é, que proporcionem as “ferramentas básicas” para que o egresso consiga dar conta das funções que lhe serão delegadas. Existe um elemento ideológico sutil até mesmo nas expressões utilizadas pelos “gurus” e, não raro, pelos próprios professores, que escapa ao olhar menos atento, talvez ofuscado pelo brilho da promessa. Se bem observados os termos “ferramentas básicas”, “capacidade de competir” (competência), “saber fazer” e outras, mostram o quanto é *tecnicista* esta perspectiva e o quanto carrega (ainda) consigo a divisão da sociedade em classes. Nesta perspectiva, boa parte dos cursos preparam pura mão-de-obra enquanto uma parcela menor, além de promover também mão-de-obra, promove potenciais líderes ou um público seleto para atuar nos quadros de comando da sociedade. Isso ocorre, também, por que há um falso consenso em torno da superioridade atribuída a determinados cursos. Assim, a universidade assume uma postura perversa, pois nada faz além de aguçar ainda mais a concorrência e a luta de classes, ao invés de trabalhar para a sua superação.

De outro lado, se a universidade é afetada fortemente pelo mercado, ela dispõe de uma força ou capacidade de influência (que parece desconhecer) enquanto instituição dentro da sociedade e tem nos seus quadros docente e discente um potencial muito grande de questionamento e crítica diante da sociedade.

Que a universidade dispõe deste poder de influência ou força podemos constatar justamente a partir das observações feitas anteriormente. Isto é, se de certa forma o mercado depende da formação de quadros, depende da pesquisa e da produção científica e tecnológica, esta exigência pode ser questionada, negociada e até contrariada. Esta postura pode ser implementada a partir de ações da universidade (ou do

coletivo das universidades) na comunidade e, sobretudo, através de seu corpo docente e discente de modo especial.

Cabe à universidade definir-se politicamente. Esta definição política não deve ser confundida com partido, pois a primeira questão a ser respeitada dentro e fora da universidade é a pluralidade de pensamento, derivando desta atitudes exemplares como a tolerância, o reconhecimento, o exercício do diálogo, a crítica e a participação democrática. Mas quando se pergunta sobre a opção política da universidade, significa querer saber de que lado ela está social e culturalmente falando. Em outras palavras, implica em saber para quê ela trabalha, com que objetivos está comprometida. Não nos referimos a aqueles objetivos que estão no papel, mas aos que, de fato, são os que orientam suas ações e relações.

Nesta relação com a sociedade importa saber, também, que compromisso os docentes da instituição têm para com aquela: transformação ou reprodução? Sabemos que a ação docente se estende para muito além da sala de aula e que o modo pelo qual conduz seu trabalho é decisivo para modificar ou manter a sociedade que aí está. Quando nos referimos à transformação, queremos dizer justamente a superação do atual estado em que se encontra a sociedade: fome, violência, analfabetismo, desabrigo, exploração do trabalho infantil, exploração sexual de menores, racismo, drogas etc. No momento em que estas questões são deixadas de lado ou não são enfrentadas por meio de um diálogo crítico na própria sala de aula, já se está contribuindo para a manutenção deste estado. Na medida em que se trata a sala de aula como algo isolado do mundo, da sociedade e de um conteúdo como “puro”, isto é, sem remetê-lo ao contexto, em que surge e com o qual se relaciona, comete-se um erro muito grave. Seria pensar que é possível separar a condição humana da condição científica. É dentro desta perspectiva que se coloca a afirmação de que educar é muito mais do que instruir. O docente é muito mais que um instrutor, ou ao menos tem potencial para sê-lo. Segue-se daí que a possibilidade de contribuir para a melhora da sociedade não é uma fantasia e sim algo real e possível. Aqui ecoa ainda a voz de Florestan Fernandes apud Santos<sup>2</sup> (2002, p. 83) quando afirma que “...é preciso que o educador volte a pensar em como fundir os seus papéis dentro da classe de aula, com seus papéis dentro da sociedade...”.

Se a ação docente é decisiva na relação com a sociedade, não o é menos a ação discente. Os estudantes têm um papel fundamental enquanto cidadãos e, justamente, por terem acesso ao conhecimento científico deveriam transformá-lo em instrumento de ação, organização e pressão dentro da sociedade. É conhecida a trajetória dos movimentos estudantis e sua importância na história do Brasil. Aliás, os movimentos estudantis foram responsáveis por transformações históricas importantes no mundo inteiro. Os estudantes, atualmente, parecem desconhecer o potencial de força para mudança social, cultural e política que possuem. Este desconhecimento é comum tanto dentro quanto fora da universidade. Este aspecto, assim como outros deste texto ensejam um diálogo que pode trazer à luz, senão todos, ao menos alguns dos fatores que influenciam para o desinteresse e apatia social entre os estudantes universitários.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste texto afirmamos que ele se coloca numa perspectiva de inconcluso, permanecendo, portanto, suas afirmações e constatações como provocação para novos debates e reflexões

---

<sup>2</sup> Cf. SANTOS, Robinson. Saber e compromisso. Florestan Fernandes e a escola pública. Passo Fundo: UPF, 2002.

acerca dos temas comentados. Cabe, porém, neste espaço fazer ainda alguns apontamentos e frisar alguns pontos que foram mencionados ao longo do texto.

Constatamos que existem muitos equívocos sobre o ensino superior, assim como algumas ilusões ou falsas expectativas. É preciso que percebamos a crescente massificação do ensino superior, assim como a sua transformação em comércio de títulos e reflitamos criticamente tanto como docentes e discentes quanto cidadãos e cidadãs a respeito desta perversão.

Ao apontarmos estas três relações fundamentais nosso objetivo foi apenas buscar três aspectos básicos que, a partir de sua problematização e enfrentamento, podem resultar em mudanças significativas no interior do próprio processo educativo. Sem dúvida há muito ainda por ser dito, problematizado e refletido no interior destas três relações.

O importante é que sem ser permeada pela ética a relação entre os sujeitos fica comprometida e isso traz prejuízos ao processo. Na medida em que se reduz esta relação a cálculos ou interesses instrumentais particulares ela torna-se coisificada e uma das partes (ou até mesmo as duas) é tornada objeto. A principal consequência é que se trabalha numa perspectiva contra a emancipação.

Se a relação com o conhecimento se reduzir a processos mecânicos de pura cópia ou transmissão não é possível afirmar que a instituição promove o aumento qualitativo e quantitativo da cultura e sim que contribui para o atraso cultural e social, uma vez que produz ignorância e, com isso, contribui para a perpetuação do *status quo*.

Além disso, se a universidade pautar sua relação com a sociedade exclusivamente através de tímidos projetos de extensão e não se definir politicamente ela já está trabalhando contra o bem da maioria. Cabe a ela ser uma instância crítica e um espaço em que as vozes “de todos os cantos” da sociedade possam ressoar e tenham participação garantida. Como instância crítica e produtora da cultura e da sociedade ela também deve contribuir para a inclusão social, comprometendo-se explicitamente a favor da ecologia, de uma sociedade menos desigual, contra a violência, o racismo e a exploração.



**Contactar**

**Revista Iberoamericana de Educación**

**Principal OEI**